IMPACTOS DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO Ainda que as mudanças climáticas sejam CHEIAS E SECAS EXTREMAS NA AMAZÔNIA (BR) NOS ÚLTIMOS 50 ANOS* uma realidade global, suas consequências chuvas acima da média chuvas abaixo da média impactam a população de forma desigual. **A AMAZÔNIA**

As soluções precisam ser elaboradas junto com as pessoas mais impactadas

ESTÁ SECANDO As mudanças climáticas têm afetado o regime das águas na Amazônia. Desde o final da década de 90, eventos de seca extrema vêm se intensificando, tornando-se mais comuns e graves na região.

2024 Fonte: Cemaden

TEMPERATURA GLOBAL NÃO PARA DE SUBIR Há pouco mais de 100 anos, a atividade humana, com a queima de combustíveis fósseis, vem aumentando a temperatura da Terra e, em 2024, atingimos a maior temperatura já registrada.

MUDANÇA DE TEMPERATURA RELATIVA A 1850-1900 Projeção de curto prazo 0,5°C Temperatura média mensal da superfície global observada Mudança de temperatura induzida pelo homem Fonte: IPCC-AR5

Mudança total de temperatura forçada externamente

Desmatamento

Na Amazônia, a abertura de áreas de exploração e a construção de infraestrutura associada, como estradas, oleodutos e gasodutos, desmatam trechos de floresta e estimulam a devastação de outras áreas, por facilitarem o acesso a regiões antes sem estrutura.

Poluição

Vazamentos de petróleo durante a exploração e seu transporte contaminam a água e o solo, e a queima do gás na exploração polui o ar localmente, além de agravar as mudanças climáticas.

Conflitos

Muitos países permitem a exploração de petróleo em territórios indígenas desde que haja Consulta Prévia, Livre e Informada, mas isso nem sempre ocorre. Em vários casos. comunidades inteiras têm seu modo de vida impactado tanto pela atividade como por acidentes na exploração, sem nunca serem indenizadas pelos danos. Tais situações geram profundo sofrimento às comunidades, que seguem resistindo a esse sistema exploratório.

Danos à biodiversidade As operações petrolíferas causam

grandes impactos à fauna e à flora. Há desde mudanças de comportamento em aves e animais aquáticos, causados por ruído de máquinas e movimentação intensa de navios e veículos pesados, até a contaminação direta de animais e plantas por vazamentos de óleo, que podem levar à morte.

Segurança alimentar

e econômica Vazamentos de petróleo podem contaminar rios, lagos e mares, afetando a segurança alimentar de comunidades ribeirinhas e costeiras que dependem da pesca e do turismo. A contaminação da água e do solo também pode inviabilizar a produção agrícola.

Danos à saúde

A queima do gás excedente da exploração de petróleo afeta a saúde de cerca de 1,2 milhão de amazônidas que vivem a até cinco quilômetros das chaminés, especialmente na Bolívia, no Equador e na Venezuela. Além disso, a contaminação da água, do solo e dos alimentos compromete a saúde humana. E há ainda os impactos provocados pelas mudanças climáticas, que custam milhares de vidas todos os anos.

Mudanças climáticas

A principal fonte de emissões de gases do efeito estufa (GEE), que provocam as mudanças climáticas, é a queima de combustíveis fósseis, com cerca de 80% das emissões totais. O processo de exploração de petróleo e gás gera, ainda, grande volume de metano (CH₄), que tem capacidade de aquecimento 20 vezes maior que o dióxido de carbono (CO₂).



AMAZÔNIA É FUTURO, PETRÓLEO É PASSADO

O mundo está à beira de um colapso climático, que só poderá ser detido se a Humanidade abandonar os combustíveis fósseis e fizer uma transição energética justa.

Floresta Amazônica, uma das regiões mais biodiversas do planeta, com papel vital para o equilíbrio ecológico e climático do mundo, enfrenta secas severas e inundações anormais. São eventos climáticos extremos provocados pela crise climática global, cuja principal responsável é a indústria de petróleo e gás fóssil. Mas nem mesmo a Amazônia está livre da obsessão da indústria fóssil por mais áreas de exploração. Somente entre 2012 e 2020, houve um aumento de 13% no número de campos de exploração e extração de combustíveis fósseis na região. A exploração está presente em oito dos nove países que abrigam a floresta.

As petroleiras estatais que atuam na Amazônia - Petrobras, PetroPeru, Petroecuador, Ecopetrol, PDVSA e YPFB – têm um histórico alarmante de desrespeito aos Direitos Humanos, apesar da obrigação legal de cumprir normas ambientais e respeitar os Direitos Indígenas. Não é diferente com as empresas privadas, que exploram o território com base em regulamentações frágeis, causam danos ambientais irreparáveis e deixam comunidades e ecossistemas vulneráveis, sem possibilidade real de reparação após o fim de suas operações.

Os Povos Originários da Amazônia, com apoio da comunidade científica e da sociedade civil, vêm resistindo contra o avanço deste modelo predatório e danoso. É preciso escolher:

Para preservar a Amazônia, não basta zerar o desmatamento. É preciso banir os combustíveis fósseis.

Zerar o desmatamento da Amazônia é fundamental. Mas não é o suficiente para salvar a maior floresta tropical do planeta. Isso porque as mudanças do clima ameaçam sua biodiversidade e capacidade de se regenerar, o que empurra a Amazônia para um ponto de não retorno, quando a floresta deixará de existir como conhecemos.

No Brasil, o desmatamento é a principal fonte de emissão de gases do efeito estufa (GEE), com 46% do total emitido pelo país (SEEG 2024). Entretanto, considerando as emissões de todos os países, a queima de combustíveis fósseis, como petróleo, carvão e gás fóssil,

é responsável por cerca de 80% das emissões globais de GEE. Ou seja: para frear as mudanças climáticas, precisamos abandonar os fósseis.

Os efeitos das mudanças climáticas já estão impactando fortemente o ambiente amazônico. Em 2023 e 2024, a Amazônia sofreu duas secas históricas consecutivas, com um episódio de enchente severa. Extremos que estão se tornando cada vez mais comuns e intensos. Além disso, as mudanças do clima também deixam a floresta mais suscetível a incêndios.

As operações da indústria de petróleo e gás ainda acumulam graves violações de Direitos Humanos na região, com um histórico de acidentes com impactos socioambientais recorrentes e devastadores. A Amazônia está repleta de projetos baseados em um modelo de desenvolvimento fracassado, que prometeu geração de emprego, riqueza e

NO MUNDO

das emissões de gases

do efeito estufa (GEE)

combustíveis fósseis,

como petróleo e carvão

vêm da queima de

A emergência climática exige estabelecer zonas prioritárias de exclusão da proliferação dos combustíveis fósseis, protegendo ecossistemas críticos para a vida. Por sua enorme importância para o clima, para a biodiversidade e para as pessoas, a Amazônia deve ser

desenvolvimento, mas entregou apenas concentração de renda e degradação ambiental.

uma dessas zonas livres de petróleo. Indústria em colapso

A indústria de petróleo e gás e os governos vendem a ideia de que os combustíveis fósseis geram "riqueza". Mas a realidade é outra. Enquanto poucos lucram muito, a maioria da população arca com prejuízos sociais e ambientais. Com a tendência já apontada pela Agência Internacional de Energia (IEA), de que a demanda por petróleo entrará em queda a partir de 2030, investir em novas frentes de exploração, como alguns países guerem fazer na Amazônia, será prejuízo até mesmo para quem até agora ganhou muito com a atividade: as petroleiras e seus acionistas.

PETRÓLEO NA PAN AMAZÔNIA UIANA FRANCESA COSTA AMAZÔNICA **OUTROS LIMITES DA AMAZÔNIA AMAZÔNIA LEGAL BACIA AMAZÔNICA** Área de abrangência Maior bacia hidrográfica É maior bioma do Brasil de políticas públicas e do mundo, com um e uma das regiões de maior biodiversidade territoriais que inclui dos maiores potenciais 59% do território brasileiro hídricos do planeta do planeta

Hoje já existe abandono e colapso de infraestruturas de petróleo na Floresta Amazônica. As taxas de produção na Bolívia, Peru, Equador e Colômbia estão caindo em velocidade sem precedentes. À medida que a indústria encolhe, suas capacidades financeiras e contribuições para os Tesouros Nacionais diminuem. Ações de manutenção, reparo e fechamento correto de poços não estão acontecendo como deveriam. Isso gera impactos sociais, ambientais e econômicos: no Peru, entre 1997 e 2023, foram registrados 831 derramamentos de óleo. No Equador, entre 2012 e 2022, ocorreram 1.584 derramamentos de óleo.

Os governos nacionais da Amazônia não estão planejando o fim gradual dos combustíveis fósseis, o que beneficia empresas estatais e privadas. Em muitos casos, esses governos não tiveram poder ou vontade para responsabilizá-las por seus estragos

No Brasil, a abertura de uma nova fronteira de exploração de petróleo na Foz do Amazonas é defendida pelo governo sob o argumento de que sua exploração permitiria ao país financiar a transição energética. Mas, na prática, de 2018 até o início de 2025, o Fundo Social, alimentado por dinheiro do petróleo e gás, destinou apenas 0,06% (Climalnfo) de seu orçamento para projetos ligados à transição energética.

Devemos superar a dependência do petróleo e iniciar uma revolução energética. Só assim poderemos deter o avanço das mudanças



Fonte: InfoAmazônia/Arayara

DEFEND

THE AMAZON REEF

PETRÓLEO E

GÁS DEVORAM A

climáticas e o colapso da economia global.

QUEM APOIA ESSA INICIATIVA:



PAKIRU

PO RORO KA























climainfo



PETRÓLEO NA AMAZÔNIA, NÃO!

Por toda a Amazônia, Povos Indígenas e populações que tradicionalmente habitam a floresta vêm resistindo ao avanço da exploração de combustíveis fósseis e lutando pela proteção de seu modo de vida.

EQUADOR



O Parque Nacional Yasuní, no Equador, guarda uma enorme biodiversidade e é território ancestral para os indígenas Waorani, de recente contato, e de Povos Indígenas em isolamento, os Tagaeri e os

Em 1992, a Texaco obteve uma licença de exploração do Bloco 16, dentro do parque. Pouco depois, chegou a Repsol. Segundo os Waorani, a exploração de petróleo causou poluição, doenças, divisão comunitária, perda de autonomia e pobreza estrutural. Por isso, quando em 2013 o Equador abriu caminho para mais exploração na região, com o Bloco 43 - ITT, as comunidades e movimentos sociais se uniram para resistir ao projeto.

Com a Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE) como a mais alta e legítima representação política de seu Povo, os indígenas lideraram a defesa territorial, com ações como a campanha do "Sim" na Consulta Popular Yasuní de 2023. E 58,95% do povo do Equador votou para manter o bloco 43 fechado! Em 2024, os Waorani declararam Estado de Emergência Territorial, para denunciar a demora do Estado em obedecer o plebiscito.

BRASIL

Bloco 59

Bacia da Foz do Amazonas, próximo à costa do Amapá. Arrematado pela Petrobras em 2013, o bloco se sobrepõe a uma região ambientalmente sensível e socioculturalmente diversa, próxima à Amazônia Azul e à foz do rio Amazonas. A área é lar de Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas, como os quilombolas do Cunani e os Povos

O bloco FZA-M-59 está localizado na

Desde o anúncio da Petrobras de perfurar um poço no bloco, organizações indígenas, ambientalistas, cientistas e movimentos sociais se mobilizaram contra o projeto. O IBAMA rejeitou mais de uma vez a licença, apontando falhas no estudo de impacto, riscos à biodiversidade e ausência de medidas eficazes para conter acidentes.

Indígenas do Oiapoque.

Apesar disso, o governo brasileiro e representantes políticos do Amapá pressionam pela autorização. Em 2 de junho, mais de 60 caciques do Oiapoque divulgaram carta de repúdio ao presidente Lula, acusando o governo de desinformação e de ameaçar a sobrevivência de seus Povos.

PERU Bloco 64

A exploração petrolífera no bloco 64 ocorre na província de Datem del Marañón, sobre territórios ancestrais das nações indígenas Achuar, Wampís e Chapra. Criado em 1995 sem Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), o bloco viola a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Diversas empresas tentaram operar ali - como Oxy (EUA), Talisman (Canadá), GeoPark (Chile) e a estatal PetroPeru –,

mas todas enfrentaram forte resistência.

As três nações desenvolveram formas próprias de autogoverno e denunciam continuamente riscos graves, como contaminação de água e perda de biodiversidade, temendo repetir os impactos do vizinho bloco 192, onde um derramamento de 6 mil barris de petróleo causou danos irreparáveis à saúde das pessoas e ao meio ambiente. Desde 1995, mantêm resistência ativa, que levou à saída de várias empresas e, em 2022, apresentaram uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos por ausência de CLPI. Em 2023, uniram-se a outras nações amazônicas e comunidades costeiras na coalizão MarAmazonía, exigindo a anulação do bloco e reparações históricas pelos danos causados.

COLÔMBIA Bloco PUT-1

O Bloco PUT-1 está localizado no departamento de Putumayo sobre sete territórios ancestrais do Povo Inga. Concedido em 2008 pela Agência Nacional de Hidrocarburos (ANH), a oferta não reconheceu a presença indígena na área, violando o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI,

garantido pela Convenção 169 da OIT.

A empresa Gran Tierra Energy (Canadá) é responsável pelo projeto desde sua criação. Mesmo com evidências de sobreposição com territórios Inga, obteve licença ambiental em 2014, após o Estado negar a existência das comunidades. Em 2015, o Povo Inga conseguiu suspender o projeto por uma ação judicial, mas o governo colombiano só reconheceu oficialmente um dos territórios afetados até 2021, mantendo o conflito aberto.

A resistência é organizada pela ACIMVIP, que denuncia a omissão institucional e defende os direitos territoriais do povo. As comunidades alertam para impactos ambientais, espirituais e à saúde, exigindo o respeito ao "Suma Kausai" – o bem viver em seu território.



Histórico de acidentes na exploração de petróleo e gás

2011 2013 **Petrobras** Brasil Acidente com sonda Vazamento de óleo hidráulico

alguns dos piores derramamentos de óleo

das últimas décadas. Um deles despejou

mais de 20 mil barris de petróleo no rio

Em agosto de 2023, o Equador fez um

exploratórios de petróleo do país: o ITT,

referendo inédito e com resultado histórico,

localizado no Parque Nacional Yasuní - reserva

da biosfera reconhecida pela UNESCO e que

abriga Povos Indígenas em isolamento. Dois

anos depois, porém, o governo do Equador e a

Petroecuador não haviam crumpido a decisão.

Coca, um afluente do Amazonas.

abolindo um dos maiores projetos

no mar guianense. Entretanto, as

produção de petróleo no país vem

decepcionantes, e o início da

promoveu um leilão de blocos

e gás entre 2023 e 2024.

sendo adiado.

empresas consideraram os resultados

Mesmo assim, o governo do Suriname

marítimos para exploração de petróleo

Em 2023, a Guiana promoveu outra oferta

gás, onde foram arrematados oito blocos

de áreas para exploração de petróleo e

em águas rasas e profundas do país.

Além da ExxonMobil, outras grandes

petroleiras globais como a francesa

chinesa CNOOC, arremataram áreas.

TotalEnergies, a catari Qatar Energy e a

Petroecuador **Equador e Peru** Ruptura de oleoduto Vazamento de 6.800 barris

PetroPeru Peru Vazamento de oleoduto Vazamento de 2.500 barris

petroleira estatal venezuelana, mostrou

que mais da metade de sua frota de 22

petroleiros virou latas velhas e deveria

ser reparada imediatamente ou retirada

Outro relatório, do Observatório

de Ecologia Política da Venezuela,

reporta pelo menos 86 incidentes

com petróleo em 2022. Segundo

o estudo, os derramamentos são

verificações ou reparos.

resultado de oleodutos e contêineres de

armazenamento que raramente recebem

2022

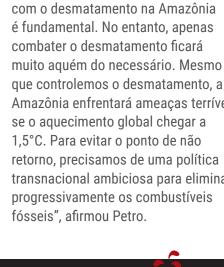
de circulação.

produção e um em exploração.

A PetroPeru, estatal responsável pelas licitações petrolíferas, iniciou a promoção internacional de 31 áreas com potencial de hidrocarbonetos, sendo 25 delas em território amazônico. As áreas afetam 435 comunidades indígenas e duas reservas de Povos Indígenas em isolamento. A oferta está sendo feita sem iniciar os

processos de remediação.

Petro, convocou chefes de Estado de todo o mundo para se engajarem na tarefa de superar a dependência dos combustíveis fósseis. "Acabar com o desmatamento na Amazônia é fundamental. No entanto, apenas combater o desmatamento ficará muito aquém do necessário. Mesmo que controlemos o desmatamento, a Amazônia enfrentará ameaças terríveis se o aquecimento global chegar a 1,5°C. Para evitar o ponto de não retorno, precisamos de uma política transnacional ambiciosa para eliminar progressivamente os combustíveis





descentralizada.

Iniciar um plano de fechamento, reparação e recuperação das áreas de exploração existentes, com participação das populações afetadas, respeitando sua autonomia e autodeterminação.

Criar e efetivar mecanismos de compensação para a população historicamente afetada por esta indústria.

Iniciar a transição para um novo modelo energético.

Exigir que bancos privados e instituições multilaterais deixem de financiar projetos de extração de combustíveis fósseis na Amazônia.